Confluências Culturais
Revista Interdisciplinar

v. 15, n. 2 – 2026 – ISSN 2316-395X

Memória, identidade e patrimônio natural: a construção social do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu como referência cultural

Memory, identity, and natural heritage: the social construction of the Municipal Natural Park of Nova Iguaçu as a cultural reference

Memoria, identidad y patrimonio natural: la construcción social del Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu como referencia cultural

Milena Perini Freitas[1]

Recebido em: 29 mar. 2026
Aceito para publicação em: 9 maio 2026

[1] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Seropédica, RJ, Brasil. Pós-graduanda em Patrimônio Cultural pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), mestra em Patrimônio, Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPaCS) e bacharelada em Turismo pela UFRRJ. *E-mail*: milenapfreitas9@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0009-0005-1037-9856.

Resumo: Este artigo analisa a construção social do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, localizado nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita, no estado do Rio de Janeiro, como referência cultural e patrimônio natural. Busca-se compreender de que maneira sua trajetória histórica e os documentos produzidos sobre a unidade contribuíram para a atribuição de significados culturais, históricos e ambientais ao território. A pesquisa fundamenta-se em discussões sobre memória, identidade e patrimônio. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo baseado em revisão bibliográfica e análise documental, contemplando o Plano de Manejo do parque, reportagens e pesquisas acadêmicas produzidas sobre a área. Os resultados indicam que a construção social do parque está associada à articulação entre seus atributos naturais e os registros históricos produzidos sobre o território, evidenciando sua relevância como patrimônio natural e referência cultural no contexto da Baixada Fluminense.
Palavras-chave: patrimônio natural; memória; identidade; Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

Abstract: This article analyzes the social construction of the Municipal Natural Park of Nova Iguaçu, located in the cities of Nova Iguaçu and Mesquita, in the state of Rio de Janeiro, Brazil, as a cultural reference and natural heritage. It seeks to understand how its historical trajectory and the documents produced about the unit contributed to the attribution of cultural, historical, and environmental meanings to the territory. The research is based on discussions about memory, identity, and heritage. Methodologically, it is a qualitative study based on a literature review and documentary analysis, including the park's management plan, news reports, and academic research produced about the area. The results indicate that the social construction of the park is associated with the articulation between its natural attributes and the historical records produced about the territory, highlighting its relevance as natural heritage and a cultural reference in the context of the Baixada Fluminense.
Keywords: natural heritage; memory; identity; Nova Iguaçu Municipal Natural Park.

Resumen: El presente artículo analiza la construcción social del Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, ubicado en los municipios de Nova Iguaçu y Mesquita, en el estado de Río de Janeiro, Brazil, como referencia cultural y patrimonio natural. Se busca comprender de qué manera su trayectoria histórica y los documentos producidos sobre la unidad contribuyeron a la atribución de significados culturales, históricos y ambientales al territorio. La investigación se fundamenta en discusiones sobre memoria, identidad y patrimonio. Metodológicamente, se trata de un estudio cualitativo basado en revisión bibliográfica y análisis documental, incluyendo el plan de manejo del parque, reportajes e investigaciones académicas realizadas sobre el área. Los resultados indican que la construcción social del parque está asociada con la articulación entre sus atributos naturales y los registros históricos producidos sobre el territorio, evidenciando su relevancia como patrimonio natural y referencia cultural en el contexto de la Baixada Fluminense.
Palabras clave: patrimonio natural; memoria; identidad; Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) permite refletir sobre o papel dos espaços naturais enquanto elementos constitutivos do patrimônio cultural e natural de uma sociedade. Além de preservar a biodiversidade local, tais áreas desempenham um papel simbólico ao conectar a população às suas histórias e identidades. No campo do patrimônio cultural, a interação entre natureza e cultura é fundamental, pois os bens naturais, ao serem apropriados socialmente e acessados pela população, podem tornar-se espaços de memória coletiva e referência identitária. Nesse sentido, compreender o PNMNI como patrimônio cultural e natural exige uma análise que leve em consideração tanto suas características ambientais quanto seu impacto cultural na região.

Queiroz (2018) afirma que os parques desempenham papel relevante na promoção do uso público em áreas protegidas, sobretudo por constituírem uma das categorias de unidades de conservação mais conhecidas e frequentadas pela população. Essa função, entretanto, deve ser compreendida em consonância com os objetivos de conservação que orientam tais áreas.

Embora os parques integrem o grupo das unidades de conservação de proteção integral, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) prevê a realização de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico, desde que compatíveis com os objetivos da unidade e disciplinadas por seu Plano de Manejo[2].

Essa perspectiva foi reforçada pela Lei n.º 15.180, de 25 de julho de 2025, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação. A legislação estabelece, entre seus objetivos, a promoção da educação e da interpretação ambiental, da recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico, além de reconhecer a visitação como instrumento de conscientização da sociedade acerca da importância da conservação ambiental. A mesma norma determina que a visitação ocorra em consonância com os planos de manejo das unidades e seus respectivos zoneamentos, compatibilizando o acesso público com a proteção dos ecossistemas e dos bens naturais protegidos (Brasil, 2025).

Desse modo, a visitação não se contrapõe à proteção ambiental, mas pode constituir um instrumento de sensibilização e valorização do patrimônio natural, ao possibilitar a diferentes públicos que conheçam e compreendam a importância da conservação dos ecossistemas protegidos.

[2] De acordo com a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), constitui objetivo do sistema "favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico" (art. 4.º, XII). Especificamente em relação à categoria "Parque", a legislação estabelece que os parques devem ter como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico (art. 11). O parágrafo 4.º do mesmo artigo determina que as unidades dessa categoria, quando criadas por municípios, recebam a denominação de Parque Natural Municipal.

No caso do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, a visitação ocorre de forma regulamentada, observando o zoneamento[3] e as normas estabelecidas em seu Plano de Manejo. Conforme o documento, o zoneamento tem como finalidade organizar espacialmente a Unidade de Conservação (UC) em áreas que demandam distintos graus de proteção, uso e intervenção, contribuindo para o cumprimento de seus objetivos de conservação.

Tal organização estabelece uma gradação de usos na qual zonas mais sensíveis e com maior necessidade de proteção são envolvidas por áreas que admitem diferentes níveis de visitação e interferência humana, sempre de acordo com critérios técnicos e com o estado de conservação dos ecossistemas. Assim, coexistem áreas destinadas ao uso público e setores submetidos a restrições mais rigorosas de acesso, em conformidade com os princípios que regem as unidades de conservação de proteção integral. Nesse sentido, a presença de áreas restritas não descaracteriza a função social e educativa do parque, mas integra a estratégia de conservação prevista para a gestão da unidade.

A criação de parques naturais não é algo recente em nossa sociedade. Segundo Vallejo (2009), os parques públicos surgiram no século XIX, nos Estados Unidos, como uma iniciativa voltada à preservação das paisagens naturais e à proteção desses bens diante dos impactos provocados especialmente pelo avanço da sociedade urbano-industrial. Muitos são os motivos para o estabelecimento de um parque natural, podendo estar relacionados à conservação, à pesquisa e também ao uso recreativo de tais espaços.

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu constitui-se como uma UC instituída pelo decreto municipal n.º 6.001, de 5 de junho de 1998, sendo posteriormente amparado pela Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece o Snuc. Situado entre os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita[4], ambos localizados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), o parque apresenta significativa diversidade ambiental, reunindo potencial para atividades de lazer, turismo e pesquisa, além de possuir relevantes atributos histórico-culturais. Desde sua fundação, o parque tem sido utilizado para atividades de lazer, pesquisa e convivência social, estabelecendo relações entre a população local, o ambiente e a história da região.

Este artigo tem como objetivo analisar a construção social do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu como referência cultural e patrimônio natural, considerando sua trajetória histórica e os significados produzidos sobre a UC por meio de documentos, memórias e processos de atribuição de valor ao território.

Sendo assim, surgiu o seguinte questionamento: de que maneira a trajetória histórica do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e os documentos produzidos sobre a unidade contribuem para sua construção social como referência cultural e patrimônio natural?

A relevância desta pesquisa consiste na necessidade de compreender como o PNMNI tem sido historicamente constituído como patrimônio natural e referência cultural no contexto local. Embora amplamente reconhecido por sua importância ambiental, o parque também reúne elementos históricos, simbólicos e culturais que permitem analisar as relações entre memória, identidade e patrimônio. Logo, a investigação busca

[3] O Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (Nova Iguaçu, 2001, p. 57) estabelece seis zonas de manejo: zona intangível, zona primitiva, zona de uso extensivo, zona de uso intensivo, zona de recuperação e zona de uso especial. Cada uma delas possui objetivos e normas específicas de utilização, definindo diferentes níveis de proteção, intervenção humana e acesso público.

[4] Um ano após o decreto de criação do PNMNI, ocorreu a emancipação do município de Mesquita, por meio da Lei Estadual n.º 3.253, de 25 de setembro de 1999. Com esse processo, o parque passou a estar inserido nos territórios dos dois municípios, permanecendo, no entanto, sob a administração de Nova Iguaçu.

contribuir para a compreensão dos processos sociais e institucionais que, ao longo do tempo, atribuíram significados à UC, ampliando o debate sobre as interfaces entre patrimônio natural e cultural.

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental, contemplando documentos institucionais, reportagens e pesquisas acadêmicas relacionados à trajetória histórica do parque. O estudo insere-se em uma perspectiva interdisciplinar, articulando contribuições dos campos da História, do patrimônio e das Ciências Sociais Aplicadas, com destaque para discussões sobre memória e identidade, além de dialogar com marcos legais relacionados à proteção do patrimônio e das unidades de conservação. Esses referenciais são utilizados como ferramentas analíticas para compreender os processos de atribuição de valor ao parque e sua constituição como patrimônio natural e referência cultural no contexto local.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, são apresentados elementos referentes à trajetória histórica do parque e à formação de seu território. Na segunda, são discutidas as relações entre patrimônio natural, memória, identidade e os significados atribuídos à UC. Por fim, nas considerações finais, são retomadas as principais reflexões e resultados obtidos ao longo da pesquisa.

ASPECTOS HISTÓRICOS E TERRITORIAIS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE IGUAÇU

Segundo o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (Nova Iguaçu, 2001), documento técnico que tem como base o ordenamento de áreas protegidas, o acesso ao parque pode ser feito pelo bairro Caonze, em Nova Iguaçu, e também pelo bairro Coreia, em Mesquita. O Plano de Manejo (Nova Iguaçu, 2001, p. 10) menciona o seguinte: "No interior da UC a principal via de circulação é a Estrada da Cachoeira, que se estende da guarita do Portão de Entrada até as antigas instalações do Clube de Campo Dom Felipe, num total aproximado de 5,5 km".

De acordo com informações contidas no Plano de Manejo do PNMNI, a área onde o parque está localizado, no Maciço Gericinó-Mendanha, fazia parte da Gleba Modesto Leal. Segundo o documento, a implantação do parque atendia a antigas reivindicações de entidades ambientalistas que atuavam na região, em um contexto de preocupação com a preservação da cobertura florestal, a proteção dos mananciais hídricos e a manutenção da integridade ambiental da área, que havia sido alvo de propostas de ocupação incompatíveis com sua conservação, como a implantação de um assentamento rural (Nova Iguaçu, 2001).

Segundo o Plano de Manejo (Nova Iguaçu, 2001), na época de criação da UC a prioridade do governo municipal era proporcionar uma boa infraestrutura ao parque, de modo a ser uma opção confortável, segura e com atividades educativas e de lazer para os visitantes, fazendo com que estes fossem aliados na preservação do parque e gerando uma maior valorização e avanço em pesquisas. Além disso, a área sempre foi utilizada para lazer de maneira informal pela comunidade; um exemplo disso foi a criação do Clube de Campo Dom Felipe, que funcionou até a década de 1960, mas sem a devida atenção do poder público, o que tornava a área vulnerável a intervenções inadequadas, como a tentativa de transformá-la em local de assentamento rural, contrariando normas ambientais.

Com a implantação do parque, a preservação mantém a Mata Atlântica em bom estado de conservação, além de proteger importantes mananciais hídricos. Também se oferece uma alternativa de lazer para a população do entorno e se favorece um maior

contato com a natureza. Esse esforço contribui ainda para a proteção do próprio Maciço Gericinó-Mendanha, que integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida desde 1992 pela Unesco, reforçando a importância de ações conjuntas para a preservação ambiental na região.

De acordo com o Plano de Manejo (Nova Iguaçu, 2001), o parque possui uma cobertura florestal que é majoritária na área, gerando uma maior variedade de espécies da fauna e flora da região, como *Tabebuia chrysotricha* (ipê-amarelo), *Blechnum brasiliense Desv.* (samambaia), *Atta sexden* (formiga saúva), *Bothrops jararaca* (jararaca), *Accipiter striatus* (gaviãozinho) e outras espécies que se fazem presentes ali e são de grande importância para o ecossistema.

O parque oferece um vasto campo para abordagens científicas interdisciplinares, integrando áreas como Biologia, Geografia, Geologia e História. O Maciço Gericinó-Mendanha abriga duas formações vulcânicas extintas e com características bem preservadas (Nova Iguaçu, 2001). No ano de 1977 os geólogos André Vieira e Victor Klein, aprofundando-se nos estudos geológicos do estado do Rio de Janeiro, analisaram por meio de fotos aéreas de Nova Iguaçu possíveis formações geológicas provenientes de rochas vulcânicas e constataram ocorrência delas predominantemente na Serra de Madureira, no Maciço do Gericinó. De 1977 a 1979 os cientistas realizaram um mapeamento geológico; em 1980 publicaram seus estudos e, consequentemente, o resultado dos mapeamentos (Oliveira; Costa, 2013).

Foi então noticiada no dia 19 de dezembro de 1979, em sessão extraordinária na Academia Brasileira de Ciências do Rio de Janeiro, a existência de um vulcão em Nova Iguaçu. A notícia aguçou a curiosidade da população, fazendo com que o número de visitas ao município aumentasse, segundo Oliveira e Costa (2013).

Após isso, outros pesquisadores desenvolveram estudos similares no que tange à existência de formações vulcânicas em Nova Iguaçu e também não descartaram a possibilidade de vulcanismo no município. A partir de 2007, no entanto, novas pesquisas foram sendo incorporadas e, em vez da hipótese de um vulcão, começou-se a defender a ideia da inexistência vulcânica e a existência de condutos subvulcânicos, conforme descrito por Motoki *et al.* (2007).

Conforme Motoki e Motoki (2011), foram encontrados materiais identificados como rochas piroclásticas, podendo ser interpretados como condutos subvulcânicos posicionados a cerca de 3 km de profundidade e hoje expostos em virtude do processo de denudação. Apesar de não ser, de fato, um vulcão ativo, isso não reduz a importância histórica e científica da região, que continua despertando interesse em razão dos estudos realizados sobre sua origem e características geológicas.

Além da relevância geológica e ambiental, o PNMNI também se destaca pelos vestígios históricos presentes em sua área. De acordo com o Plano de Manejo (Nova Iguaçu, 2001), estudos mostram que a Serra de Madureira, onde o parque está inserido, foi durante grande parte do período colonial um local de refúgio para pessoas escravizadas. Entre os vestígios associados a essa ocupação, destaca-se a Pedra da Contenda, localizada próximo ao limite nordeste do parque. Em diferentes estudos e registros, esse lugar é mencionado como um dos principais núcleos do quilombo, em razão de sua posição estratégica.

Assim, o parque configura-se não apenas como um espaço de conservação natural, mas também como um repositório de memórias históricas e culturais, essencial para compreender a luta pela liberdade e a resistência de grupos marginalizados na história de Nova Iguaçu.

Na figura 1, observa-se a base da Pedra da Contenda, situada no limite norte do PNMNI.

Figura 1 – Pedra da Contenda – Nova Iguaçu (RJ), 2021



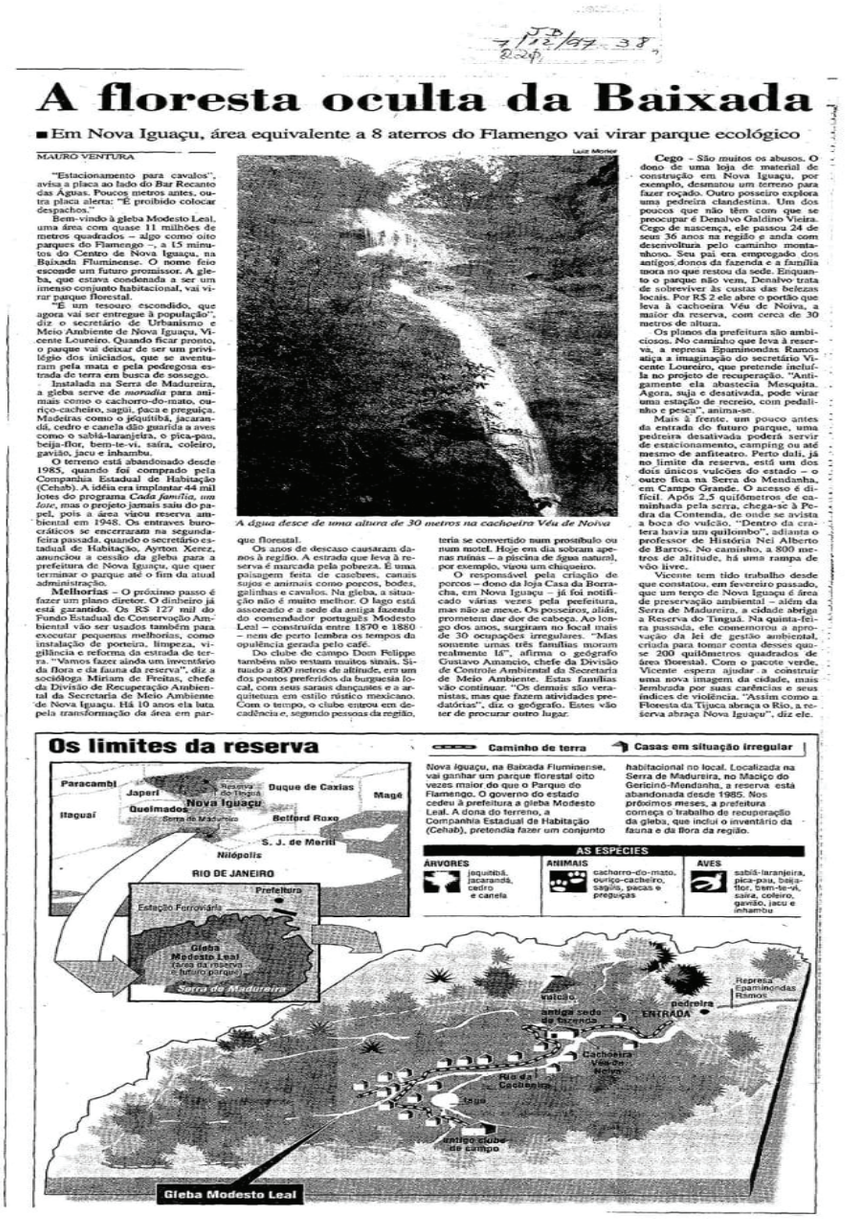
Fonte: Diego Fernandes (2022) – arquivo pessoal, disponibilizado no *site* Trilhas da Baixada

A Pedra da Contenda pode ser interpretada como um lugar de memória, carregando significados que ultrapassam sua dimensão física. Associada a narrativas de resistência e aos registros históricos relacionados ao território, essa formação rochosa constitui uma referência simbólica que possibilita a conexão entre o passado e o presente. Desse modo, contribui para que acontecimentos e experiências vinculados à história local permaneçam na memória social, sendo continuamente ressignificados pelas gerações que se relacionam com tal espaço.

Pollak (1992) destaca que a memória possui dimensões tanto individuais quanto coletivas, sendo construída e reconstruída socialmente por acontecimentos vividos diretamente ou "por tabela", isto é, mediante experiências transmitidas por outras pessoas ou grupos. Considerando essa perspectiva, a memória não se limita à experiência pessoal, mas incorpora narrativas, referências e marcos simbólicos que contribuem para a formação de identidades coletivas. Para o autor, a transmissão intergeracional desempenha papel fundamental no processo, uma vez que acontecimentos do passado podem ser apropriados, reinterpretados e incorporados à memória de indivíduos que não os vivenciaram diretamente (Pollak, 1992).

Documentos produzidos em diferentes momentos históricos também podem atuar como suportes dessa memória coletiva, contribuindo para a circulação e a permanência de determinados significados sociais. Um exemplo disso materializa-se na reportagem "A floresta oculta da Baixada", publicada pelo *Jornal do Brasil* (Ventura, 1997) (figura 2). Ao apresentar a área que posteriormente se tornaria o PNMNI, a matéria enfatiza não só seus atributos ambientais, mas também recupera referências históricas relacionadas à Serra de Madureira, à Pedra da Contenda e à presença de quilombos na região. O documento evidencia como aspectos naturais e históricos já eram mobilizados na construção de sentidos atribuídos ao futuro do parque.

Figura 2 – Reportagem "A floresta oculta da Baixada" (Ventura, 1997)



A floresta oculta da Baixada

■ Em Nova Iguaçu, área equivalente a 8 aterros do Flamengo vai virar parque ecológico

MAURO VENTURA

"Estacionamento para cavalos", avisa a placa ao lado do Bar Recanto das Águas. Poucos metros antes, outra placa alerta: "É proibido colocar despachos."

Bem-vindo à gleba Modesto Leal, uma área com quase 11 milhões de metros quadrados – algo como oito parques do Flamengo –, a 15 minutos do Centro de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O nome feio esconde um futuro promissor. A gleba, que estava condenada a ser um imenso conjunto habitacional, vai virar parque florestal.

"É um tesouro escondido, que agora vai ser entregue à população", diz o secretário de Urbanismo e Meio Ambiente de Nova Iguaçu, Vicente Loureiro. Quando ficar pronto, o parque vai deixar de ser um privilégio dos iniciados, que se aventuram pela mata e pela pedregosa estrada de terra em busca de sossego.

Instalada na Serra de Madureira, a gleba serve de *moradia* para animais como o cachorro-do-mato, ouriço-cacheiro, sagüi, paca e preguiça. Madeiras como o jequitibá, jacarandá, cedro e canela dão guarida a aves como o sabiá-laranjeira, o pica-pau, beija-flor, bem-te-vi, saíra, coleiro, gavião, jacu e inhambu.

O terreno está abandonado desde 1985, quando foi comprado pela Companhia Estadual de Habitação (Cehab). A idéia era implantar 44 mil lotes do programa *Cada família, um lote*, mas o projeto jamais saiu do papel, pois a área virou reserva ambiental em 1948. Os entraves burocráticos se encerraram na segunda-feira passada, quando o secretário estadual de Habitação, Ayrton Xerez, anunciou a cessão da gleba para a prefeitura de Nova Iguaçu, que quer terminar o parque até o fim da atual administração.

Melhorias – O próximo passo é fazer um plano diretor. O dinheiro já está garantido. Os R$ 127 mil do Fundo Estadual de Conservação Ambiental vão ser usados também para executar pequenas melhorias, como instalação de porteira, limpeza, vigilância e reforma da estrada de terra. "Vamos fazer ainda um inventário da flora e da fauna da reserva", diz a socióloga Miriam de Freitas, chefe da Divisão de Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Nova Iguaçu. Há 10 anos ela luta pela transformação da área em parque florestal.

Os anos de descaso causaram danos à região. A estrada que leva à reserva é marcada pela pobreza. É uma paisagem feita de casebres, canais sujos e animais como porcos, bodes, galinhas e cavalos. Na gleba, a situação não é muito melhor. O lago está assoreado e a sede da antiga fazenda do comendador português Modesto Leal – construída entre 1870 e 1880 – nem de perto lembra os tempos da opulência gerada pelo café.

Do clube de campo Dom Felippe também não restam muitos sinais. Situado a 800 metros de altitude, era um dos pontos preferidos da burguesia local, com seus saraus dançantes e a arquitetura em estilo rústico mexicano. Com o tempo, o clube entrou em decadência e, segundo pessoas da região, teria se convertido num prostíbulo ou num motel. Hoje em dia sobram apenas ruínas – a piscina de água natural, por exemplo, virou um chiqueiro.

O responsável pela criação de porcos – dono da loja Casa da Borracha, em Nova Iguaçu – já foi notificado várias vezes pela prefeitura, mas não se mexe. Os posseiros, aliás, prometem dar dor de cabeça. Ao longo dos anos, surgiram no local mais de 30 ocupações irregulares. "Mas somente umas três famílias moram realmente lá", afirma o geógrafo Gustavo Anancio, chefe da Divisão de Controle Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente. Estas famílias vão continuar. "Os demais são veranistas, mas que fazem atividades predatórias", diz o geógrafo. Estes vão ter de procurar outro lugar.

Cego – São muitos os abusos. O dono de uma loja de material de construção em Nova Iguaçu, por exemplo, desmatou um terreno para fazer roçado. Outro posseiro explora uma pedreira clandestina. Um dos poucos que não têm com que se preocupar é Denalvo Galdino Vieira. Cego de nascença, ele passou 24 de seus 36 anos na região e anda com desenvoltura pelo caminho mesmo. Seu pai era empregado dos antigos donos da fazenda e a família mora no que restou da sede. Enquanto o parque não vem, Denalvo trata de sobreviver às custas das belezas locais. Por R$ 2 ele abre o portão que leva à cachoeira Véu de Noiva, a maior da reserva, com cerca de 30 metros de altura.

Os planos da prefeitura são ambiciosos. No caminho que leva à reserva, a represa Epaminondas Ramos atiça a imaginação do secretário Vicente Loureiro, que pretende incluí-la no projeto de recuperação. "Antigamente ela abastecia Mesquita. Agora, suja e desativada, pode virar uma estação de recreio, com pedalinho e pesca", anima-se.

Mais à frente, um pouco antes da entrada do futuro parque, uma pedreira desativada poderá servir de estacionamento, camping ou até mesmo de anfiteatro. Perto dali, já no limite da reserva, está um dos dois únicos vulcões do estado – o outro fica na Serra do Mendanha, em Campo Grande. O acesso é difícil. Após 2,5 quilômetros de caminhada pela serra, chega-se à Pedra da Contenda, de onde se avista a boca do vulcão. "Dentro da cratera havia um quilombo", adianta o professor de História Nei Alberto de Barros. No caminho, a 800 metros de altitude, há uma rampa de vôo livre.

Vicente tem tido trabalho desde que constatou, em fevereiro passado, que um terço de Nova Iguaçu é área de preservação ambiental – além da Serra de Madureira, a cidade abriga a Reserva do Tinguá. Na quinta-feira passada, ele comemorou a aprovação da lei de gestão ambiental, criada para tomar conta desses quase 200 quilômetros quadrados de área florestal. Com o parque verde, Vicente espera ajudar a construir uma nova imagem da cidade, mais lembrada por suas carências e seus índices de violência. "Assim como a Floresta da Tijuca abraça o Rio, a reserva abraça Nova Iguaçu", diz ele.

A água desce de uma altura de 30 metros na cachoeira Véu de Noiva

Luiz Morier

Os limites da reserva

Caminho de terra — Casas em situação irregular

Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, vai ganhar um parque florestal oito vezes maior do que o Parque do Flamengo. O governo do estado cedeu à prefeitura a gleba Modesto Leal. A dona do terreno, a Companhia Estadual de Habitação (Cehab), pretendia fazer um conjunto habitacional no local. Localizada na Serra de Madureira, no Maciço do Gericinó-Mendanha, a reserva está abandonada desde 1985. Nos próximos meses, a prefeitura começa o trabalho de recuperação da gleba, que inclui o inventário da fauna e da flora da região.

AS ESPÉCIES

ÁRVORES: jequitibá, jacarandá, cedro e canela

ANIMAIS: cachorro-do-mato, ouriço-cacheiro, sagüis, pacas e preguiças

AVES: sabiá-laranjeira, pica-pau, beija-flor, bem-te-vi, saíra, coleiro, gavião, jacu e inhambu

Paracambi, Japeri, Reserva de Tinguá, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Itaguaí, Queimados, Serra de Madureira, Belford Roxo, S. J. de Meriti, Nilópolis, RIO DE JANEIRO, Prefeitura, Estação Ferroviária, Gleba Modesto Leal (área da reserva e futuro parque), Serra de Madureira, vulcão, antiga sede da fazenda, pedreira, ENTRADA, Represa Epaminondas Ramos, Cachoeira Véu de Noiva, Rio da Cachoeira, lago, antigo clube de campo, Gleba Modesto Leal

Fonte: Acervo do Instituto Socioambiental (ISA)

Além dos registros documentais, a historicidade do parque também pode ser observada em seus vestígios materiais. Entre eles se destacam as ruínas da antiga Fazenda Dona Eugênia[5] (figura 3), frequentemente mencionadas como parte do patrimônio histórico existente na área da UC. Esses remanescentes contribuem para a compreensão do parque como um espaço onde diferentes temporalidades coexistem, articulando elementos naturais, históricos e culturais.

[5] De acordo com o Plano de Manejo do PNMNI (Nova Iguaçu, 2001, p. 12), o casarão da Fazenda Dona Eugênia é, segundo alguns historiadores, o prédio mais antigo no município de Nova Iguaçu.

Figura 3 – Ruínas do casarão da Fazenda Dona Eugênia – Nova Iguaçu (RJ), 2023



Fonte: Acervo pessoal (2023)

A fusão entre patrimônio natural e patrimônio histórico também aparece na reportagem "Reserva de Mata Atlântica vira parque", publicada no *Jornal do Brasil* (Freire, 1999) (figura 4). Ao noticiar a criação da UC, a matéria destaca tanto a preservação da Mata Atlântica quanto a recuperação de estruturas históricas presentes na área, como as ruínas da Fazenda Dona Eugênia e do antigo Clube de Campo Dom Felipe. Assim, o documento evidencia a valorização do parque relacionada simultaneamente à proteção ambiental e à preservação de referências históricas vinculadas ao território.

Figura 4 – Reportagem "Reserva de Mata Atlântica vira parque" (Freire, 1999)



Documentação
Fonte JB
Data 21/3/99 Pg 28

Reserva de Mata Atlântica vira parque

LÚCIO FREIRE

Fotos de Marco Terranova

A pedreira será transformada em um anfiteatro e o visitante também poderá aproveitar a beleza do Rio Eugênia, onde haverá até pedalinho

Restauração resgata ruínas

Fonte: Acervo do Instituto Socioambiental (ISA)

A análise dessas matérias[6] permite-nos compreender que, desde o processo de criação do PNMNI, diferentes significados foram atribuídos à área. Além de um espaço destinado à conservação da natureza, o parque passou a ser representado como um território marcado por referências históricas, memórias coletivas e elementos culturais. As reportagens e os remanescentes históricos constituem importantes evidências da construção social do parque como patrimônio natural e referência cultural.

Ao considerar tais elementos, a pesquisa amplia a compreensão dos parques naturais além de uma perspectiva estritamente ecológica, salientando as relações entre natureza, memória, história e patrimônio. Logo, o PNMNI pode ser compreendido como um espaço de múltiplas referências, cujos significados são continuamente construídos e compartilhados por meio de diferentes narrativas, documentos e vestígios históricos.

PATRIMÔNIO NATURAL E REFERÊNCIAS CULTURAIS NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

O PNMNI pode ser compreendido pela articulação entre patrimônio natural e referências culturais. Além de sua importância ecológica, o parque reúne elementos históricos, culturais e naturais que ampliam as possibilidades de interpretação do território.

O intuito de tal abordagem é refletir sobre como esses diferentes elementos contribuem para a compreensão do parque além de sua função ambiental, considerando aspectos referentes à memória, à historicidade e aos significados atribuídos ao espaço ao longo do tempo.

Para essa discussão, torna-se necessário compreender inicialmente as definições de patrimônio natural. A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral da Unesco em 1972, caracteriza-o da seguinte forma:

> Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (Unesco, 1972, p. 2).

Ao relacionar essa definição da Unesco ao PNMNI, observa-se que a UC reúne características que permitem aproximá-la das discussões sobre patrimônio natural e referências culturais. O parque possui relevância ambiental associada à sua biodiversidade e aos seus aspectos geológicos. Ao mesmo tempo, apresenta elementos vinculados à historicidade do território. Um exemplo é a Pedra da Contenda, já discutida neste trabalho, que pode ser compreendida tanto como um marco geológico quanto como um símbolo associado às narrativas de resistência e aos modos de sobrevivência ligados à ocupação histórica da região.

[6] As matérias analisadas estão disponíveis no acervo do Instituto Socioambiental (ISA), plataforma que reúne documentos e registros históricos relacionados às questões socioambientais e ao patrimônio ambiental brasileiro. Para saber mais, acesse o *link* https://acervo.socioambiental.org/.

No que tange ao patrimônio cultural, o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 estabelece que esse conceito abrange bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, desde que estejam associados à identidade, à memória e às práticas dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Entre tais bens se incluem formas de expressão cultural, modos de vida, produções científicas, artísticas e tecnológicas, bem como espaços, objetos e sítios que apresentam valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

À luz dessa definição, elementos presentes no PNMNI, como a Pedra da Contenda e as ruínas da antiga Fazenda Dona Eugênia, permitem observar a articulação entre dimensões naturais, históricas e culturais presentes no território. Seguindo a linha de raciocínio do artigo 216 da Constituição Federal, o patrimônio natural é constituído por paisagens, ecossistemas e monumentos de valor cultural que representam a história da região.

De acordo com Scifoni (2006, p. 16),

> o patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. [...] na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz.

Nesse sentido, o patrimônio natural, ao se vincular à memória social, pode ser compreendido também como uma construção cultural e como um espaço de interação entre sociedade e natureza. Tal perspectiva demonstra que áreas naturais protegidas, como o PNMNI, incorporam dimensões históricas relacionadas aos diferentes usos e significados atribuídos ao território ao longo do tempo.

Essa relação entre patrimônio natural e memória social é observada na pesquisa de Duarte (2010) sobre a história ambiental da área atualmente ocupada pelo PNMNI. Em seu trabalho a autora reuniu depoimentos de antigos moradores do casarão da Fazenda Dona Eugênia, localizado no interior da UC. Os relatos evidenciam modos de vida diretamente vinculados aos recursos naturais do local, como o uso da água das cachoeiras para consumo doméstico, o cultivo de alimentos e os deslocamentos realizados por antigas estradas utilizadas por trabalhadores e sitiantes.

Os depoimentos de Dona Olga Vieira e de sua filha Gisele revelam aspectos do cotidiano vivenciado na área de criação da UC, marcado pela convivência com a atividade da Pedreira São José e pelas dificuldades de acesso aos centros urbanos. Essas narrativas permitem compreender que o território atualmente protegido foi, durante décadas, espaço de moradia, trabalho e construção de experiências sociais.

Uma pesquisa mais recente também aponta a permanência da relação entre a população local e o parque. Dados apresentados no *Boletim n.º 6 – Pesquisa de Demanda no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu*, elaborado por Lima e Fogaça (2024) e desenvolvido pelo Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde, indicam que moradores de Nova Iguaçu (40,8%) e de Mesquita (20,4%) representam a maior parte dos visitantes da unidade, caracterizando-a principalmente como um espaço de lazer e uso público para a população do entorno.

O levantamento também mostrou que parcela significativa dos frequentadores conheceu o parque por intermédio de amigos e familiares ou por residir na região, evidenciando a circulação de experiências e informações associadas ao local. Os dados não permitem afirmar a existência de uma memória coletiva compartilhada por toda a população, mas demonstram a presença de vínculos territoriais e formas de apropriação social que contribuem para a construção de significados em torno do parque.

O PNMNI constitui um importante exemplo de patrimônio natural, abrigando formações geológicas, como a Pedreira São José, e ecossistemas com elevada biodiversidade. Documentos internacionais voltados à proteção do patrimônio e à conservação ambiental, como a Declaração de Estocolmo (Unep, 1972), a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Unesco, 1972) e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced, 1992), destacam a importância da proteção e da conservação do patrimônio natural e dos ecossistemas.

No caso do PNMNI, os documentos analisados ao longo deste artigo tornam evidente que os significados atribuídos ao parque não se limitam aos seus atributos ecológicos, mas envolvem também referências históricas associadas à ocupação do território, às memórias registradas sobre a antiga Fazenda Dona Eugênia e às formas contemporâneas de apropriação do espaço por seus visitantes.

Ao discutir a relação entre memória e identidade, Pollak (1992) e Meneses (1992) oferecem contribuições que auxiliam na compreensão desses processos. Ambos os autores compreendem a memória além de uma dimensão exclusivamente individual, entendendo-a como resultado de relações sociais que participam da construção das identidades coletivas. Tal perspectiva permite analisar de que maneira documentos, narrativas e experiências vinculados ao PNMNI contribuem para a atribuição de significados ao território e para a sua construção social como referência cultural e patrimônio natural.

De acordo com Pollak (1992, p. 204), a memória é um elemento que se constitui do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo:

> Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

O autor afirma que a memória é fundamental para a formação da identidade, seja ela individual ou coletiva, pois por meio dela é possível proporcionar um senso de continuidade. Ou seja, a memória atua como um alicerce que sustenta a identidade, permitindo que esta seja constantemente reconstruída e reafirmada (Pollak, 1992).

Considerando essa óptica, os registros históricos, as narrativas documentadas sobre a área e as representações produzidas em torno do parque podem ser compreendidos como elementos que participam da construção dos significados atribuídos ao território ao longo do tempo.

Já Meneses (1992) destaca que a memória coletiva é estruturada por redes de interações sociais que se encontram em constante transformação; elas são formadas por diversos sujeitos e práticas sociais responsáveis pela produção, circulação e ressignificação de memórias. No contexto do PNMNI, tais processos podem ser observados nos documentos analisados nesta pesquisa, como as reportagens publicadas no período de sua criação, os relatos de antigos moradores do casarão, conforme registrado na pesquisa de Duarte (2010), o próprio Plano de Manejo da unidade e a pesquisa recente sobre o perfil dos visitantes, realizada em âmbito do Observatório de Turismo e Lazer da Baixada Verde. Esses registros ressaltam diferentes formas de relação com o território, contribuindo para a construção de significados para o parque ao longo do tempo.

Entre tais referências, destacam-se elementos como a Pedra da Contenda, as ruínas da Fazenda Dona Eugênia, as memórias relacionadas ao Clube de Campo Dom Felipe e as experiências contemporâneas de visitação e lazer. A existência desses registros evidencia variadas maneiras de relação com o território, demostrando que os significados associados ao parque não permanecem estáticos, mas são por muitas vezes reinterpretados por diferentes grupos sociais.

Sob essa perspectiva, o PNMNI pode ser compreendido como um espaço onde diferentes memórias se articulam e são constantemente ressignificadas, aproximando-se da noção de lugar de memória, discutida por Pollak (1992), ao reunir referências históricas, culturais e ambientais associadas ao território.

Vale ressaltar que a percepção sobre o parque não é homogênea. Conforme aponta Tuan (2012), cada indivíduo estabelece relações particulares com o espaço com base em suas vivências e experiências. Nessa perspectiva, em vez de supor uma identidade coletiva única, é mais relevante entender de que modo distintas narrativas e práticas sociais ajudam a valorizar o parque e a fortalecer sua importância em âmbito local.

Por outro lado, Meneses (1992) afirma que a memória coletiva não é espontânea, mas resultado de processos sociais que demandam constante atualização e ressignificação. No contexto do PNMNI, essa perspectiva pode ser observada nos diferentes registros produzidos sobre a UC, como documentos institucionais, pesquisas acadêmicas, reportagens e ações voltadas à conservação e ao uso público do parque. Tais elementos contribuem para manter vivas determinadas narrativas referentes à história e aos significados atribuídos ao território.

Ao longo dos anos, o parque passou a reunir diferentes representações associadas à conservação ambiental, à história local e às experiências de visitação. Meneses (1992) argumenta que a memória coletiva está em constante transformação e pode coexistir com distintas interpretações do passado. Essa reflexão auxilia na compreensão da pluralidade de significados presentes no PNMNI, observada tanto nos registros históricos sobre a área quanto nas formas contemporâneas de apropriação do espaço.

No Plano de Manejo do parque, também se observa a valorização do patrimônio natural presente na UC. O documento destaca:

> Além do patrimônio histórico-cultural, merece pesquisas específicas o patrimônio natural, composto de diferentes e belas paisagens, incomuns no contexto regional da Baixada Fluminense. Com a criação do Parque Municipal, consolida-se a preservação desses sítios, de acordo com a legislação ambiental vigente, com vistas à otimização e democratização de seu uso (Nova Iguaçu, 2001, p. 12).

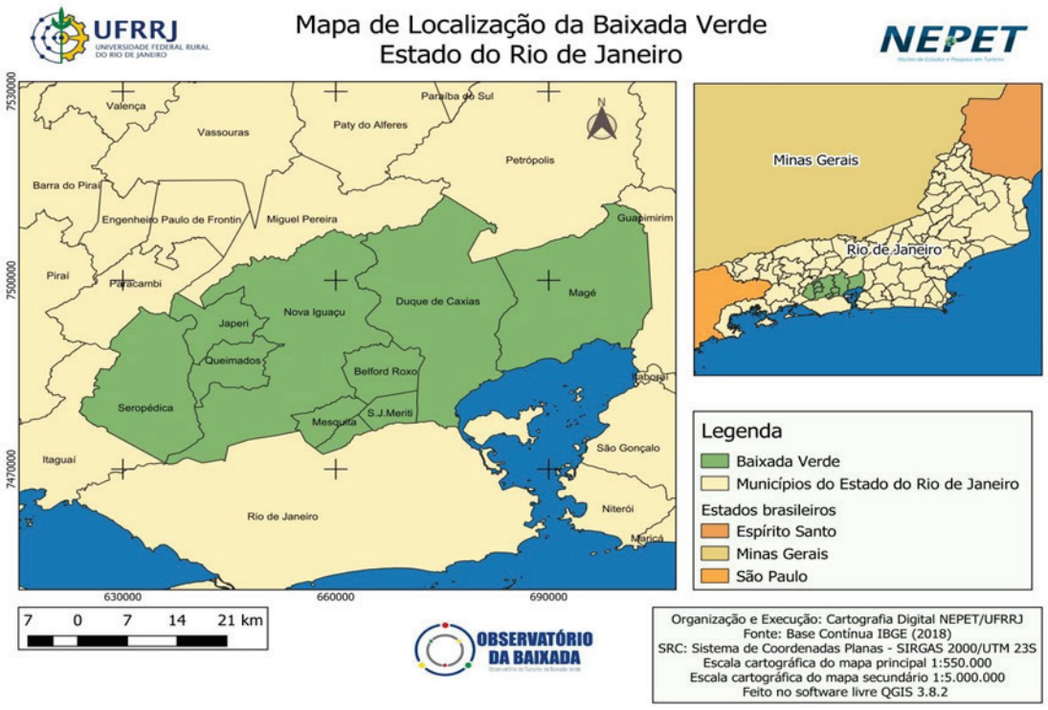
A citação ressalta a importância do patrimônio natural presente no PNMNI, sobretudo por conta das peculiaridades paisagísticas que ele exibe no âmbito da Baixada Fluminense. O trecho presente no Plano de Manejo reforça que a criação do parque esteve associada à preservação ambiental e à ampliação das possibilidades de uso público da área, em conformidade com a legislação vigente.

O documento mostra que a valorização dos atributos naturais da UC esteve acompanhada da preocupação em promover atividades relacionadas à educação ambiental, ao lazer e à visitação. Tais elementos contribuem para compreender como o parque passou a ser reconhecido além de sua dimensão ecológica, incorporando significados culturais e sociais associados ao território ao longo de sua trajetória.

O parque também se insere no contexto da Baixada Verde[7], já que os municípios onde está localizado fazem parte da área que compõe essa região. A seguir, na figura 5, consta o mapa de localização da Baixada Verde.

[7] A região turística Baixada Verde é formada por 10 de 13 municípios que compõem a Baixada Fluminense no estado do Rio Janeiro: Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias e Magé. É uma região com exuberante mata atlântica, fauna e flora diversas, fontes de águas limpas e inúmeras atrações (Sesc RJ, 2020).

Figura 5 – Mapa de localização da Baixada Verde (RJ)



Fonte: Nepet/UFRRJ – cartografia digital, com base em IBGE (2018) – disponibilizado pelo Observatório de Turismo e Lazer da Baixada Verde

A criação da região turística Baixada Verde foi consolidada em 2017. Nesse ano constatou-se que grande parte dos municípios que constituem a Baixada Verde estava inserida na "Baixada Fluminense", e diante de um cenário não muito animador se tentava encontrar um amadurecimento em ações que visavam inserir tais municípios na perspectiva do turismo. Essa série de articulações ocorreu em parceria com representantes de secretarias municipais, empresários e entidades ligadas de alguma forma com o turismo dos municípios em questão (Fogaça *et al.*, 2020).

Pensando na necessidade de romper com estigmas historicamente associados à região, uma das primeiras ações desse movimento foi propor a substituição da nomenclatura "Baixada Fluminense" por "Baixada Verde". Tal mudança não se limita a uma estratégia voltada ao turismo, mas busca também ressignificar o imaginário social construído sobre o território, frequentemente marcado por representações negativas difundidas nas mídias.

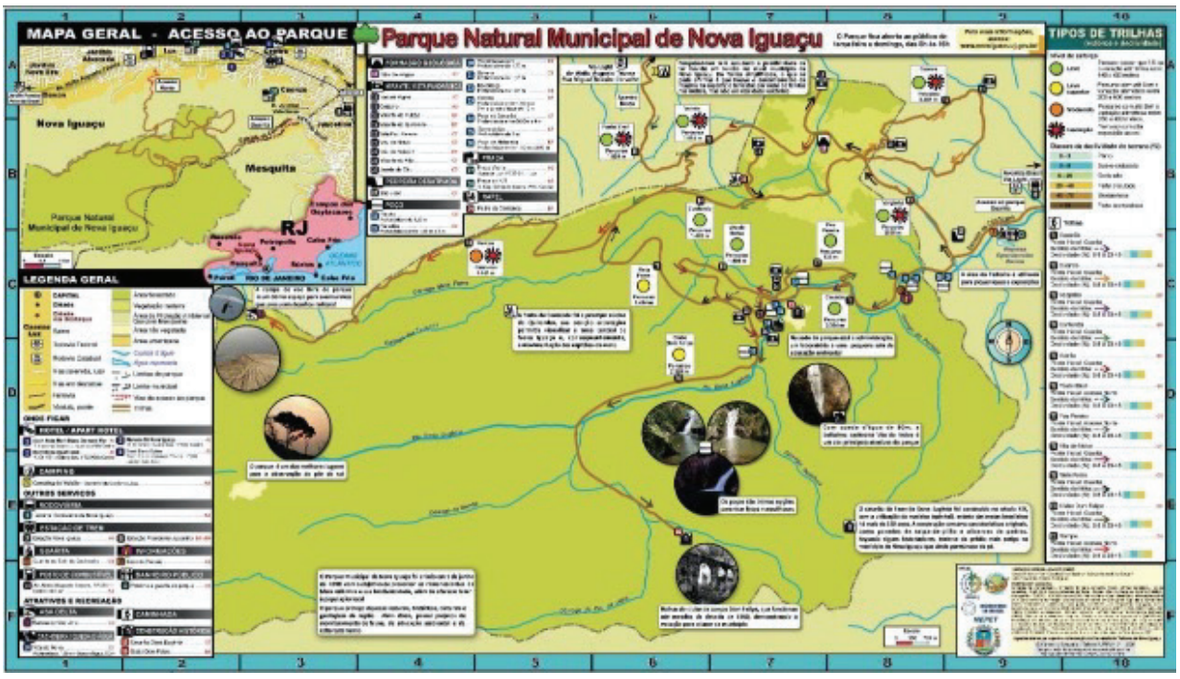
Ao longo dos anos essa imagem contribuiu para a percepção da baixada como um espaço pouco propício ao desenvolvimento, dificultando não apenas o incentivo ao turismo e às políticas públicas, mas também a construção de vínculos de pertencimento por parte da própria população.

Iniciativas como essa evidenciam a existência de uma herança cultural e de uma riqueza natural muitas vezes invisibilizadas (Fogaça *et al.*, 2020). Assim, o PNMNI surge como um elemento fundamental no processo, ao possibilitar novos modos de conexão entre a população e o território, contribuindo para a valorização do espaço e para a construção de identidades locais.

A inserção do parque na Baixada Verde contribui para ampliar as discussões sobre as potencialidades naturais e culturais presentes na região, tensionando representações historicamente associadas à Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo, ressalta a importância de políticas públicas voltadas à democratização do acesso às

áreas naturais, possibilitando iniciativas de educação ambiental, lazer e turismo. Sob essa perspectiva, o parque enquadra-se em uma abordagem mais ampla no que tange a patrimônio natural, memória e território. Os atrativos do PNMNI, apresentados na figura 6, assumem relevância nessa discussão, uma vez que reúnem elementos naturais, históricos e paisagísticos que formam a trajetória da UC e seu uso turístico.

Figura 6 – Localização e atrativos do PNMNI (RJ)



Fonte: Fiori *et al.* (2020)

Trilhas, cachoeiras, formações geológicas e marcos históricos, como a Pedra da Contenda e os remanescentes da antiga Fazenda Dona Eugênia, constituem referências presentes nos documentos e pesquisas analisados ao longo deste estudo. Dessa forma, tais elementos contribuem para compreender o processo de construção social do parque como patrimônio natural e referência cultural, articulando aspectos relacionados à conservação ambiental, à memória e à história local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a construção social do PNMNI como referência cultural e patrimônio natural, levando em consideração sua trajetória histórica e as relações estabelecidas entre memória, identidade e os documentos produzidos sobre a UC. Por meio do diálogo com autores que discutem memória, identidade, patrimônio e percepção do espaço, buscou-se compreender de que maneira diferentes registros contribuíram para a constituição do parque como um bem de relevância ambiental, histórica e cultural.

A análise bibliográfica destacou que a construção social do PNMNI está ligada a múltiplos elementos presentes em sua trajetória. O Plano de Manejo, as pesquisas acadêmicas produzidas sobre a região e os registros históricos relacionados ao território revelam uma associação gradual do parque a diferentes significados que ultrapassam sua função de conservação ambiental.

No decorrer da pesquisa verificou-se que aspectos como a relevância geológica da antiga Pedreira São José, as ruínas da Fazenda Dona Eugênia, as referências contidas na Pedra da Contenda e os apontamentos de uso do Clube de Campo Dom Felipe constituem elementos recorrentes nos documentos analisados, e tais registros contribuem para compreender como memória, patrimônio e história local se articulam na construção das representações vinculadas ao parque.

O estudo também possibilitou verificar que os atributos naturais do PNMNI dialogam com noções ampliadas de patrimônio adotadas por documentos internacionais e pela legislação brasileira, sobretudo quando articulados aos significados históricos e culturais associados ao território. Assim, o parque pode ser entendido como um espaço em que distintas dimensões do patrimônio se encontram e se complementam.

Por fim, conclui-se que o PNMNI constitui uma importante referência de patrimônio natural e cultural no contexto da Baixada Fluminense/Baixada Verde. Os documentos analisados demonstram que os significados atribuídos ao parque ao longo de sua trajetória ultrapassam a dimensão ambiental, incorporando aspectos históricos e culturais que contribuem para as discussões sobre patrimônio, memória e identidade em UCs.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 15.180, de 25 de julho de 2025**. Institui a Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15180.htm. Acesso em: 1.º jun. 2026.

DUARTE, Paula Alves. **História ambiental de uma unidade de conservação**: o Parque Municipal de Nova Iguaçu – RJ. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/parquenatural/bibliotecadigital/. Acesso em: 15 set. 2025.

FERNANDES, Diego. **Fotos da trilha da Pedra da Contenda**. 2022. 1 fotografia. Disponível em: https://trilhasdabaixada.com.br/trilhas-na-baixada-fluminense/trilhas-em-nova-iguacu/trilha-para-a-pedra-da-contenda/. Acesso em: 7 set. 2026.

FIORI, Sérgio Ricardo *et al*. **Mapa do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu: [*s. n.*], 2020. 1 mapa, color., 742 x 419 mm. Escala: 1:350.000.

FOGAÇA, Isabela Fátima *et al*. Observatório de turismo e lazer da Região Turística Baixada Verde: experiência e resultados. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1754. Acesso em: 9 dez. 2024.

FREIRE, Aluizio. Reserva de Mata Atlântica vira parque. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1999. Acervo do Instituto Socioambiental (ISA).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Acervo Socioambiental**. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/index.php/node. Acesso em: 19 maio 2026.

LIMA, Gabriella Sena de; FOGAÇA, Isabela Fátima. **Boletim n. 6: pesquisa de demanda no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu** – relatório parcial. Rio de Janeiro: Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/18QJiDbfotubWipc8FXQYIucHg6tyj1nE. Acesso em: 26 abr. 2026.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23. Disponível em: https://revistas.usp.br/rieb/article/view/70497. Acesso em: 4 nov. 2024.

MOTOKI, Akihisa *et al*. Reavaliação genética do modelo do Vulcão de Nova Iguaçu, RJ: origem eruptiva ou intrusão subvulcânica? **Revista Escola de Minas**, v. 60, n. 4, p. 583-592, 2007. Disponível em: https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/parquenatural/bibliotecadigital/. Acesso em: 15 set. 2025.

MOTOKI, Akihisa *et al*. Rochas piroclásticas de preenchimento de condutos subvulcânicos do Mendanha, Itaúna e Ilha de Cabo Frio, RJ, e seu processo de formação com base no modelo de implosão de conduto. **Geociências**, v. 27, n. 3, p. 451-467, 2008.

MOTOKI, Akihisa; MOTOKI, Kenji Freire. Origem dos relevos do Maciço Mendanha, RJ – movimento de falhas ou erosão diferencial? Análises geomorfológicas por seppômen e sekkokumen com base do ASTER GDEM. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS TECTÔNICOS, 13., Campinas, 2011. **Anais** [...].

NOVA IGUAÇU. **Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, 2001. Disponível em: https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/parquenatural/bibliotecadigital/. Acesso em: 10 set. 2026.

OLIVEIRA, Flávia Lopes; COSTA, Nadja Maria Castilho da. Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: um peculiar patrimônio geológico-geomorfológico na Baixada Fluminense, RJ. **História, Natureza e Espaço – Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/12116. Acesso em: 6 dez. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941. Acesso em: 5 jun. 2026.

QUEIROZ, Edileuza Dias de. **Uso público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – RJ**: trilhando entre possibilidades e dificuldades. 2018. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SESC RJ – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO. **Baixada Verde**: um convite ao turismo de aventura. 10 jul. 2020. Disponível em: https://www.sescrio.org.br/noticias/turismo-social/baixada-verde-um-convite-ao-turismo-de-aventura/. Acesso em: 28 mar. 2026.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 2012.

UNCED – THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 14 jun. 1992. Disponível em: https://www.patrimonios.org/convencoes-legislacoes-normas/cartas-patrimoniais/1982-2000 Acesso em: 10 set. 2026

UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. **Declaração de Estocolmo**. Estocolmo, 16 jun. 1972. Disponível em: https://www.patrimonios.org/convencoes-legislacoes-normas/cartas-patrimoniais/1931-1981. Acesso em: 10 set. 2026.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Conferência Geral da Unesco. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 16 nov. 1972. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf. Acesso em: 8 dez. 2024.

VALLEJO, Luiz Renato. Os parques e reservas como instrumentos do ordenamento territorial. *In*: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (org.). **Ordenamento territorial**: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 157-193. Disponível em: https://www.academia.edu/38229802/Cap%C3%ADtulo_Vallejo_pdf. Acesso em: 7 set. 2026.

VENTURA, Mauro. A floresta oculta da Baixada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 dez. 1997. Acervo do Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/floresta-oculta-da-baixada Acesso em: 19 maio 2026.